

WHITLING, FREDERICK. *WESTERN WAYS: FOREIGN SCHOOLS IN ROME AND ATHENS*. BERLIN/BOSTON: WALTER DE GRUYTER, 2019. ISBN: 978-3110601589

Heloisa Mattos Vidal e Silva¹

Palavras-chave

Clássico; Arqueologia Clássica; internacional; Estados Nacionais; financiamento.

O livro *Western Ways: Foreign Schools in Rome and Athens* é a publicação da tese de doutorado de Frederick Whitling, premiada em 2013 com o *3e prix Étienne Baluze d'histoire locale européenne*. A partir de uma vasta pesquisa nos arquivos das escolas estrangeiras de arqueologia em Roma e em Atenas, o autor apresenta informações detalhadas sobre a criação, o financiamento e a manutenção dessas instituições em um recorte temporal que abrange desde o início do século XIX até meados do século XX.² Dividida em seis capítulos, a obra possibilita ao leitor uma compreensão profunda a respeito da dinâmica dos agentes envolvidos nas pesquisas e na gestão das escolas estrangeiras, destacando o peso que certas ações individuais tiveram sobre a própria história da arqueologia clássica.

Na introdução, Whitling destaca o tamanho do acervo arquivístico analisado, referente a 25 escolas em Roma e 18 escolas em Atenas. O conjunto das informações referentes a essas 43 instituições é exposto em uma narrativa constituída a partir de uma perspectiva comparativa, de modo a identificar as relações entre as escolas estrangeiras, seus membros e o contexto sociopolítico no qual estavam inseridas. Paralelamente, destaca-se o papel ativo das escolas estrangeiras na própria organização dos estudos clássicos, na medida em que constituíram tradições acadêmicas e formativas que influenciaram as diversas áreas das

¹ Mestranda - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, Brasil. E-mail heloisa.vidal@hotmail.com

² Conforme o próprio autor define no prefácio da obra, as escolas estrangeiras de arqueologia surgiram como instituições que articulavam pesquisas em diversas áreas, tais como Arqueologia Clássica, Filologia e História da Arte, com o intuito de estudar o mundo antigo.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 6, n. 2, 2021.2 p. 313-320.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13941

humanidades, tais como Arqueologia Clássica, História da Arte e História Antiga. O conceito de “clássico” permeia todas essas áreas, conferindo status para os envolvidos nos estudos sobre Grécia e Roma. Nesse sentido, o autor propõe que se faça uma *heritageography*, isto é, uma história mais crítica e contextualizada das humanidades, que leve em conta as ligações entre o Antigo e o Moderno e a instrumentalização do passado em prol de interesses nacionais.

No capítulo 1, Whitling aborda os primórdios da arqueologia clássica e as instituições precursoras das escolas estrangeiras. Em Roma, a *École française* foi precedida pela *Académie de France*, fundada em 1666 pelo rei Luís XIV e o ministro de finanças Jean-Baptiste Colbert. Ligada a uma tradição de academias italianas renascentistas, a *Académie* oferecia – e oferece atualmente – residência temporária e formação a jovens artistas. Ao contrário de Roma, tradicionalmente ligada a um cânone artístico oriundo do Renascimento, em Atenas as primeiras associações estrangeiras dedicadas ao estudo do passado clássico sempre estiveram ligadas à arqueologia. A primeira dessas associações – os *Xenioi* – foi fundada em 1810 por um grupo bastante diversificado, composto por dois pintores alemães, um arquiteto bávaro, um arqueólogo e um filólogo dinamarqueses e dois arquitetos ingleses.³

O caráter diversificado do *Xenioi* corrobora um dos argumentos do autor: os estudos clássicos possuem, desde a sua origem, um forte potencial de internacionalização. Esse grupo, considerado a primeira sociedade arqueológica internacional, inspirou a criação de um grupo semelhante em Roma, denominado “Associação de Hiperbóreos Romanos”⁴. O pintor alemão Otto Magnus Stackelberg, um dos *Xenioi*, estava entre os fundadores dessa associação, que se tornou o *Instituto di corrispondenza archeologica* (ICA) entre 1828 e 1829 e passou a ser financiada pelo príncipe da Prússia Friedrich Wilhelm. O financiamento estatal é o primeiro passo para o estabelecimento, em 1874, do Instituto Arqueológico Alemão (DAI).

Na Grécia, a preocupação do governo com as antiguidades foi um dos motivos que levou à criação da Sociedade Arqueológica de Atenas em 1837. Mais do que isso, o autor destaca que, nesse contexto pós-independência, a antiguidade grega foi utilizada pelo governo como

³ Nessa ordem, são eles: Jakob Linckh e Otto Magnus von Stackelberg, Carl Haller von Hallerstein, Peter Oluf Brøndsted e Georg Koës, John Foster e Charles Robert Cockerell.

⁴ O nome original é Hyperboreisch-römische Gesellschaft.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 6, n. 2, 2021.2 p. 313-320.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13941

suporte ideológico para a formação da nação. A fundação da Sociedade Arqueológica de Atenas envolveu diversos indivíduos, desde estudiosos e funcionários do governo até ex-combatentes do movimento de independência grega. A ligação com a Antiguidade Clássica também é o que leva ao estabelecimento de Atenas como capital da Grécia, em 1834. Dessa forma, a Sociedade Arqueológica de Atenas – uma instituição nacional – figura entre as instituições estrangeiras analisadas pelo autor como forma de expor ao leitor a participação ativa dos próprios gregos no estudo do passado clássico, bem como sua preocupação em proteger as antiguidades e mantê-las em solo grego.

No capítulo 2, Whitling faz uma profunda análise sociopolítica sobre as atividades das escolas estrangeiras de arqueologia, desde a criação da primeira delas – a Escola francesa de Atenas (1846) – até o início da Primeira Guerra Mundial. Criada em um contexto de imperialismo e competição entre as grandes potências europeias, a Escola francesa de Atenas está vinculada a uma série de explorações empreendidas desde Napoleão Bonaparte, que liderou expedições militares e científicas ao Egito e à Síria (1798-1801). Entretanto, a Expedição Científica de Morea (1828-1833) ganha maior destaque devido à sua relação com o filelenismo e ao esforço para garantir a presença francesa na Grécia, considerada o berço da civilização europeia.

Na segunda metade do século XIX, a rivalidade entre as potências imperialistas europeias se reflete nas escolas arqueológicas, sobretudo entre as escolas francesa, alemã e britânica. O autor afirma, por exemplo, que a Escola francesa de Roma foi criada em 1873 como forma de fazer frente ao Instituto de correspondência arqueológica, que foi estatizado nesse mesmo ano e se tornou o Instituto Arqueológico Imperial Alemão. Na Grécia, a permissão obtida pelo Instituto Alemão para escavar Olímpia também foi motivo para que a Escola francesa, que detinha os direitos de escavação sobre Delos, buscasse outro sítio arqueológico mais prestigioso para se equiparar à rival alemã. A tensão entre as escolas aumentou quando a Escola Americana de Estudos Clássicos de Atenas (ASCSA) entrou nas disputas pelos sítios arqueológicos a partir de 1881.

A concorrência pelas partes da Grécia consideradas mais valiosas do ponto de vista arqueológico poderia transcender os limites da arqueologia e avançar em direção à política internacional e comercial: em 1891, quando as escolas francesa, alemã e americana disputavam a concessão de Delfos,

a escola francesa ganhou os direitos de exploração do local por meio de um acordo comercial que envolvia a exportação de uvas coríntias para a França. Por meio desses exemplos e de outros presentes no capítulo, o leitor alcança uma maior compreensão sobre a corrida pela presença institucional na Grécia e na Itália. Dessa forma, as motivações dessas escolas estrangeiras são explicadas à luz do conceito de “clássico”: o passado greco-romano, como portador de valores universais e berço da civilização europeia, conferia prestígio aos Estados Nacionais. Em outras palavras, a herança clássica era como um atestado de civilização e de superioridade.

O prestígio nacional conferido pelas escavações arqueológicas também foi usado como forma de convencer as autoridades governamentais e investidores privados a financiar os projetos, sobretudo em contextos de crise. O capítulo 3 expõe como as escolas estrangeiras se articularam para manter suas atividades durante a Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, no entreguerras. Fica evidente como a guerra, até no campo acadêmico, abre brechas para atitudes mais oportunistas entre as potências rivais: com a derrota da Alemanha na guerra, o Instituto Arqueológico Alemão de Roma foi fechado e as bibliotecas alemãs foram confiscadas pela Itália. Tal situação só foi revertida em 1920 mediante um acordo que restituía as bibliotecas aos institutos alemães, mas proibia que fossem retiradas do solo italiano.

Outro aspecto abordado no mesmo capítulo é a semelhança entre a Escola Americana e o Instituto Sueco em Roma, fundado em 1925. O autor ressalta que, como nem a Suécia e nem os Estados Unidos possui vestígios materiais da antiguidade clássica em seu território, arrogaram o “clássico” para si por meio de escavações e da aquisição de objetos. O Instituto Sueco ocupa lugar de destaque ao longo de todo o livro devido à sua neutralidade política no contexto das guerras mundiais e à atuação de seus agentes nas relações entre as demais escolas estrangeiras. Whitling destaca que o posicionamento político dessas outras escolas não as impediu de manter suas atividades na Itália fascista, por exemplo, já que o próprio regime tinha interesse nos estudos clássicos como forma de difundir a *romanità*. Entretanto, as escolas estavam limitadas a fazer estudos topográficos e assessorar o governo italiano, pois as escavações estrangeiras estavam proibidas na Itália.

No capítulo 4, fica mais evidente o peso das ações e escolhas dos diretores das escolas estrangeiras sobre essas mesmas instituições, embora o autor destaque que a dinâmica de funcionamento delas também é pautada por suas respectivas culturas corporativas, desenvolvidas em contextos anteriores. Um evento específico – a celebração do centenário da Sociedade Arqueológica de Atenas, em 1938 – ilustra o clima de tensão entre as esferas nacional e internacional. Realizado no Parthenon, o evento contava com a presença do ditador grego Metaxas, do rei da Grécia George II e das delegações estrangeiras. Os discursos proferidos na abertura do evento indicam, de certa maneira, um jogo de colaboração e competição entre as escolas estrangeiras.

No âmbito dos acordos políticos, a França declarou apoio à ditadura de Metaxas em 1938, mas se indis pôs com a Itália no ano seguinte, quando foi assinado o Pacto de Aço. Nesse mesmo ano, a Itália invadiu o norte da Grécia, estremecendo as relações com Metaxas. A partir dos exemplos fornecidos pelo autor, fica claro como esse período imediatamente pré-guerra desarranjou a composição das escolas estrangeiras, já que elas são tradicionalmente ligadas aos Estados que representam e são afetadas pelas conjunturas políticas.

Durante a Segunda Guerra, o Instituto Sueco em Roma foi o único entre as escolas estrangeiras a permanecer em operação, devido à sua neutralidade política. A atuação do Instituto Sueco nesse período é abordada no capítulo 5, dedicado à análise das escolas estrangeiras no âmbito das relações internacionais e das estratégias de sobrevivência mediante a ameaça alemã. As escolas representantes dos países aliados em Roma permaneceram fechadas durante a guerra e, de modo geral, colaboraram entre si para preservar seus respectivos edifícios e acervos. A situação não foi muito diferente na Grécia, ocupada pela Alemanha a partir de 1941. Entre os aliados, apenas a Escola Francesa de Atenas conseguiu se manter aberta durante o conflito devido ao regime de Vichy, apesar das relações complicadas entre a escola e esse governo.

Na Grécia e em Roma, o Instituto Sueco mediou as relações e os interesses da maior parte das escolas estrangeiras. Um aspecto importante ressaltado no capítulo é o uso das instalações das escolas estrangeiras voltados para ações diplomáticas e humanitárias, como foi o caso da ASCSA. Além disso, as escolas alemã e americana também estiveram envolvidas em serviços de espionagem para seus respectivos governos.

Sob o governo nazista, os institutos alemães de Atenas e de Roma empreenderam projetos que forneceram vantagens em relação às suas rivais e enaltecera a superioridade racial germânica. Nesse último caso, o autor destaca que se estabeleceu uma linha teleológica com os lombardos e ostrogodos, que ocuparam uma antiga villa entre Forlì e Bolonha. Dessa maneira, estava “comprovada” a presença germânica na Itália e a nobreza de sua origem. Em solo grego, o filelenismo característico do século XIX ficou para segundo plano, já que a Alemanha invadiu o país e os arqueólogos alemães se beneficiaram disso. Obviamente, o jogo virou com a derrota da Alemanha, que tentou remover da Itália as suas bibliotecas, quebrando assim o tratado de 1920, abordado no capítulo 3. As bibliotecas chegaram a ser enviadas para a Áustria em 1944, mas foram restituídas à Roma sob a proteção do Instituto Sueco, pois a Escola Americana desejava confiscá-las como reparação dos danos causados pela guerra.

No capítulo 6, o autor argumenta que, no processo de reorganização da pesquisa após a Segunda Guerra, houve uma tendência de colaboração internacional entre os membros das escolas estrangeiras. Em 1945, Sjöqvist se envolveu na criação da *Associazione Internazionale di Archeologia Classica* (AIAC), instituição inspirada nas antigas organizações internacionais de arqueologia, abordadas no primeiro capítulo. No ano seguinte, a *Unione degli Istituti di Archeologia, Storia e Storia dell'Arte* surgiu com o mesmo caráter internacional, como forma de estreitar as relações entre as escolas estrangeiras e as italianas. Paralelamente a essa ideia de integração dos estudiosos e de seus projetos, Whitling afirma que essa instituição tinha um objetivo mais prático: pressionar a Alemanha para que as suas bibliotecas fossem enviadas de volta à Roma, que continuou envolta pela aura de centro da cultura universal, apesar de todos os reveses da história. De fato, as bibliotecas alemãs voltaram para Roma e Florença entre 1945 e 1946 e ficaram sob a guarda da *Unione*.

O clima de cooperação e internacionalização foi afetado por questões de ordem financeira, afinal as duas instituições citadas acima não puderam contar com o investimento das escolas estrangeiras e italianas devido aos estragos causados pela guerra. Tendo sido criada no mesmo ano da Unesco, a *Unione* esperava receber ajuda financeira internacional, mas isso não se concretizou. A solução encontrada foi elaborar um tratado que autorizasse a liquidação dos bens alemães na Itália para financiar a instituição, o que não se concretizou devido ao fato de os Estados Unidos

terem desistido do acordo, temendo a má reputação que essa prática poderia causar.

Junto às escolas britânica, francesa e italiana em Atenas, a ASCSA encabeçou o projeto de uma “biblioteca arqueológica internacional”, que seria composta pelos acervos das bibliotecas alemãs somados aos seus próprios acervos. O projeto não foi para frente, mas demonstra que esse jogo de competição e colaboração dá brechas para o oportunismo dessas instituições, que podem agir isoladamente ou em conjunto. Dessa forma, no último capítulo, Whitling encerra o longo histórico das escolas arqueológicas estrangeiras em Roma e em Atenas, deslindando aspectos e informações que certamente abrem muitas possibilidades de pesquisa.

Na conclusão, o autor levanta questões importantes e atuais para os estudos clássicos. Uma delas concerne às dificuldades de financiamento enfrentadas até hoje pelas escolas arqueológicas, sobretudo por aquelas que dependem mais de subsídio estatal. As dificuldades financeiras parecem ser menores quando a instituição gera 100% do seu orçamento, como é o caso da Academia Americana de Roma (AAR). Qual o impacto que o caráter privado dessas instituições possui sobre as pesquisas? Isso teria alguma influência sobre os discursos acadêmicos e as abordagens em relação ao passado clássico? As próprias escolas arqueológicas, centenárias em sua maioria, contribuem para a organização dos estudos clássicos junto às universidades no mundo todo, daí a importância de uma análise sociopolítica de sua história e de seu discurso acadêmico.

O conceito de “clássico”, presente ao longo de toda a obra, situa-se historicamente na base da identidade europeia e constituiu uma fonte de capital cultural para os Estados que estabeleceram ligações com a antiguidade greco-romana. A invenção do passado clássico pelas estruturas acadêmicas modernas leva a uma outra questão: por que o clássico, supostamente universal, ganhou tantas identificações nacionais? Segundo o autor, as tradições acadêmicas, as fontes de financiamento e até mesmo o idioma de cada país são forças que influenciam a produção do conhecimento dentro de cada cultura corporativa envolvida.

O “clássico, analisado à luz desse conjunto de informações pouco conhecidas e até mesmo inéditas no livro, conduz ao questionamento da própria relevância de ainda estudá-lo no mundo atual. Na medida em que os usos políticos do passado ainda ocorrem, sobretudo por grupos de extrema direita, e os problemas relacionados à preservação do patrimônio

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 6, n. 2, 2021.2 p. 313-320.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13941

histórico e arqueológico se multiplicam, cabe refletir sobre os rumos que os estudos clássicos estão tomando e de que forma contribuem no presente, afinal, é nele que o historiador se situa ao olhar para o passado. Quando se trata do “clássico” e do patrimônio cultural a ele relacionado, as esferas local, nacional e internacional se fundem e criam redes de contato entre as instituições voltadas não apenas para a arqueologia, mas para todas as ciências humanas.

As reflexões sobre os estudos clássicos e a atuação das escolas estrangeiras de arqueologia sugerem que o potencial de internacionalização, presente na origem dessas instituições, vem sendo retomado sobretudo a partir das universidades no mundo todo e das conexões que elas estabelecem entre si. Ao longo dos capítulos, fica evidente que esse potencial foi sobrepujado pelo contexto sociopolítico compreendido entre a década de 1870 e o final da Segunda Guerra Mundial. Whitling afirma, contudo, que após esse período a colaboração internacional motivou as escolas estrangeiras a se adaptarem ao mundo pós-guerra, o que também contribuiu para que a própria área de estudos clássicos tenha esse caráter internacional.

O livro é bastante descritivo, de modo que carece um pouco de reflexões mais teóricas ao longo dos capítulos. Entretanto, dado o volume de fontes e informações apresentadas pelo autor, é possível que essa escolha tenha sido feita com o intuito de não prejudicar a fluidez da narrativa. De qualquer forma, é inegável a contribuição de *Western Ways* para novos estudos relacionados à Antiguidade Clássica.